

MANUAL DE DIREITO
PROCESSUAL

**Alexandre
Freitas
Câmara**

CIVIL

2^a
edição revista e
atualizada



atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 11.01.2023
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Bruno Sales Zorzetto
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

C172m
Câmara, Alexandre Freitas

Manual de direito processual civil / Alexandre Freitas Câmara. – 2. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2023.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-5977-481-4

1. Direito processual civil – Brasil. 2. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Título.

22-81566

CDU: 347.91/.95(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

PARTE 1 TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

CAPÍTULO 1

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: CONCEITO E EVOLUÇÃO CIENTÍFICA.....	3
1.1. Conceito de Direito Processual Civil.....	3
1.2. Evolução científica	5
1.2.1. A fase procedimentalista.....	5
1.2.2. A fase científica	6
1.2.3. A fase instrumentalista.....	7
1.2.4. A fase democrático-constitucional.....	9

CAPÍTULO 2

“FONTES”, INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	11
2.1. “Fontes” do Direito e “fontes” do Direito Processual Civil.....	11
2.1.1. Padrões decisórios	20
2.2. Interpretação e aplicação no Direito Processual Civil.....	39
2.3. Aplicação da lei processual civil no tempo	41
2.4. Aplicação da lei processual civil no espaço.....	44

CAPÍTULO 3

MODELO CONSTITUCIONAL DE PROCESSO CIVIL. AS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	47
3.1. A constitucionalização do processo civil. A compreensão do processo civil a partir de princípios constitucionais.....	47

3.2. Princípio do devido processo constitucional.....	50
3.3. Princípio da igualdade.....	52
3.4. Princípio do juízo “natural” (constitucional)	54
3.5. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	56
3.6. Princípio do contraditório	59
3.6.1. Princípio da cooperação (comparticipação).....	62
3.6.2. Princípio da boa-fé	64
3.7. Princípio da fundamentação das decisões judiciais	65
3.8. Princípio da duração razoável do processo	70
3.9. Princípio da eficiência	72
3.10. Princípio da legalidade	73
3.11. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade	76

CAPÍTULO 4

INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	77
4.1. A “trilogia estrutural” do direito processual civil	77
4.2. Processo.....	78
4.2.1. Teorias sobre o processo	78
4.2.1.1. Modelo adversarial de processo.....	82
4.2.1.2. Modelo inquisitivo de processo	83
4.2.1.3. Modelo participativo de processo	84
4.2.2. Conceito e natureza jurídica.....	85
4.2.3. Sujeitos do processo.....	86
4.2.3.1. O Estado-juiz. Poderes, deveres e imparcialidade do juiz... ..	86
4.2.3.2. Auxiliares da justiça.....	95
4.2.3.3. As partes.....	103
4.2.3.3.1. Deveres dos sujeitos do processo.....	105
4.2.3.3.2. Responsabilidade das partes por dano processual	108
4.2.3.3.3. As partes e o custo do processo	110
4.2.3.3.4. A gratuidade de justiça.....	122
4.2.3.3.5. Sucessão das partes e dos procuradores.....	125
4.2.3.4. O advogado (privado e público).....	127
4.2.3.5. Ministério Público	130
4.2.3.6. Defensoria Pública.....	132

4.2.4. Classificação do processo.....	133
4.2.5. Objeto do processo	134
4.2.6. Pressupostos processuais	136
4.2.7. Tutela processual: conceito e classificação.....	144
4.3. Ação	146
4.3.1. Teorias sobre a ação.....	146
4.3.2. Conceito de ação. A ação como direito ao processo	150
4.3.3. “Condições da ação”	153
4.3.4. Classificação da ação	159
4.4. Jurisdição.....	160
4.4.1. Conceito de atividade jurisdicional.....	160
4.4.2. Características essenciais	162
4.4.3. Espécies de jurisdição.....	164
4.4.4. Jurisdição voluntária e contenciosa.....	166
4.4.5. Cooperação judiciária nacional	168
CAPÍTULO 5	
LIMITES INTERNACIONAIS DA JURISDIÇÃO BRASILEIRA	173
5.1. “Competência internacional”	173
5.2. Litispêndência internacional	180
5.3. Cooperação judiciária internacional	181
CAPÍTULO 6	
COMPETÊNCIA.....	185
6.1. Conceito	185
6.2. Critérios de fixação	187
6.3. Incompetência absoluta e relativa	192
6.4. Causas de modificação	194
6.5. Declaração de incompetência.....	198
6.6. Conflito de competência	199
CAPÍTULO 7	
PLURALIDADE DE PARTES	201
7.1. Litisconsórcio.....	201
7.1.1. Classificação do litisconsórcio	202

7.1.2. Dinâmica do litisconsórcio.....	212
7.1.3. Despolarização do processo	214
7.2. Intervenção de terceiros: noções gerais.....	215
7.2.1. Assistência.....	217
7.2.2. Recurso de terceiro	221
7.2.3. Denúnciação da lide	223
7.2.4. Chamamento ao processo.....	231
7.2.5. Intervenção resultante do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	233
7.2.6. Intervenção do <i>amicus curiae</i>	243
7.2.7. Intervenção de terceiros em processo de alimentos.....	249
7.2.8. Intervenções atípicas	252

CAPÍTULO 8

FATOS, ATOS E NEGÓCIOS PROCESSUAIS	253
8.1. Fato, ato e negócio jurídico	253
8.2. Fatos processuais	254
8.3. Atos do processo e atos processuais.....	254
8.3.1. Classificação dos atos processuais	255
8.3.2. Forma dos atos processuais (tempo, lugar e modo dos atos processuais)	257
8.3.3. Prazos processuais	259
8.3.4. Inexistência, invalidade e ineficácia dos atos processuais	264
8.3.5. Comunicação dos atos processuais	271
8.3.5.1. Citação	271
8.3.5.2. Intimação	279
8.3.5.3. Cartas	281
8.4. Negócios processuais	283
8.5. Calendário processual	287

CAPÍTULO 9

DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO DE PROCESSOS E VALOR DA CAUSA.....	289
9.1. Distribuição e registro de processos	289
9.2. Conceito e atribuição do valor da causa.....	291
9.3. Critérios legais de determinação do valor da causa.....	291
9.4. Controle do valor da causa.....	293

CAPÍTULO 10

TUTELA PROVISÓRIA.....	295
10.1. Conceito e espécies	295
10.2. Tutela de urgência não satisfativa (tutela cautelar).....	297
10.3. Tutela de urgência satisfativa (tutela antecipada)	313
10.3.1. Estabilização da tutela antecipada	320
10.4. Tutela da evidência satisfativa.....	327
10.5. Tutela da evidência não satisfativa.....	335

CAPÍTULO 11

FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	337
11.1. Formação do processo.....	337
11.2. Suspensão do processo	340
11.3. Extinção do processo	348

PARTE 2
PROCESSO DE CONHECIMENTO

CAPÍTULO 12

PROCEDIMENTO COMUM.....	353
12.1. Processo de conhecimento e cognição	353
12.2. Conceito e estrutura do procedimento comum	359
12.3. Petição inicial: conceito e requisitos	363
12.3.1. Indeferimento da petição inicial.....	372
12.4. Improcedência liminar do pedido	373
12.5. Despacho liminar positivo e audiência prévia de autocomposição.....	376
12.5.1. Audiência prévia de autocomposição e os meios consensuais de resolução de conflitos.....	378
12.5.2. Contestação	379
12.5.3. Revelia	384
12.5.4. Reconvencção.....	387
12.6. Providências preliminares.....	392
12.6.1. Especificação de provas.....	392
12.6.2. Réplica.....	393
12.7. Julgamento conforme o estado do processo	394

12.7.1. Extinção e redução do processo.....	395
12.7.2. Julgamento “antecipado” total ou parcial do mérito	396
12.7.3. Decisão de saneamento e organização do processo	398
12.8. A fase principal (de instrução e julgamento) do procedimento comum.....	401
CAPÍTULO 13	
AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	403
CAPÍTULO 14	
DIREITO PROBATÓRIO.....	409
14.1. Teoria geral da prova.....	409
14.1.1. Conceito de prova.....	409
14.1.2. Objeto da prova.....	413
14.1.3. Destinatários da prova	416
14.1.4. Ônus da prova	422
14.1.5. Meios de prova	428
14.1.6. Prova emprestada.....	430
14.2. Demandas probatórias autônomas	432
14.3. Provas em espécie.....	439
14.3.1. Ata notarial	439
14.3.2. Depoimento pessoal	440
14.3.3. Confissão.....	441
14.3.4. Exibição de documento ou coisa	443
14.3.5. Prova documental.....	445
14.3.5.1. Documentos eletrônicos.....	451
14.3.6. Prova testemunhal	451
14.3.7. Prova pericial.....	456
14.3.8. Inspeção judicial	460
CAPÍTULO 15	
SENTENÇA	463
15.1. Conceito	463
15.2. Sentenças terminativas e definitivas	465
15.3. Elementos.....	480
15.3.1. Relatório.....	481
15.3.2. Fundamentação.....	482

15.3.3. Dispositivo	490
15.4. Interpretação da sentença	491
15.5. Classificação da sentença definitiva.....	492
15.6. Capítulos de sentença	502
 CAPÍTULO 16	
REMESSA NECESSÁRIA	505
 CAPÍTULO 17	
ESTABILIZAÇÃO, PRECLUSÃO E COISA JULGADA.....	509
17.1. Estabilização.....	509
17.2. Preclusão	512
17.3. Coisa julgada.....	516
17.3.1. Coisa julgada formal e coisa julgada material.....	519
17.3.2. Limites objetivos da coisa julgada	522
17.3.3. Limites subjetivos da coisa julgada.....	529
17.3.4. Coisa julgada nas sentenças determinativas.....	532
 CAPÍTULO 18	
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	537
18.1. Teoria geral dos procedimentos especiais.....	537
18.2. Procedimento especial do pagamento por consignação	542
18.2.1. O pagamento por consignação	542
18.2.2. A consignação extrajudicial.....	543
18.2.3. O procedimento judicial do pagamento por consignação (“ação de consignação em pagamento”)	545
18.3. Procedimento especial de exigência de contas (“ação de exigir contas”)	554
18.4. Procedimento especial de tutela da posse (“ações possessórias”).....	560
18.4.1. Posse e sua proteção processual.....	560
18.4.2. Características das demandas possessórias	563
18.4.2.1. Separação entre juízo possessório e juízo petitório	563
18.4.2.2. Fungibilidade.....	567
18.4.3. As demandas possessórias de reintegração e manutenção de posse.....	568
18.4.3.1. Procedimento	568
18.4.4. Demanda de interdito proibitório	572
18.4.5. Demandas possessórias coletivas.....	573

18.5. Procedimentos especiais de divisão e demarcação de terras particulares	575
18.5.1. Introdução	575
18.5.2. O procedimento especial de demarcação de terras particulares (“ação demarcatória”).....	579
18.5.3. O procedimento especial de demarcação de terras particulares (“ação demarcatória”).....	583
18.6. Procedimento especial de dissolução parcial de sociedade (“ação de dissolu- ção parcial de sociedade”)	586
18.7. O procedimento especial do inventário e partilha.....	589
18.7.1. O procedimento especial de inventário e partilha	590
18.7.1.1. A fase de inventário.....	595
18.7.1.1.1. Pedido de instauração e nomeação de inventa- riante.....	595
18.7.1.1.2. O inventariante: conceito e atribuições.....	596
18.7.1.1.3. Primeiras declarações.....	598
18.7.1.1.4. Citações e impugnações.....	599
18.7.1.1.5. Avaliação de bens e últimas declarações.....	600
18.7.1.1.6. Cálculo do imposto e julgamento do cálculo....	600
18.7.1.1.7. Colações.....	601
18.7.1.1.8. Pagamento das dívidas.....	602
18.7.1.2. A fase de partilha	602
18.7.1.2.1. Pedidos de quinhão e deliberação sobre a par- tilha.....	602
18.7.1.2.2. Esboço de partilha	603
18.7.1.2.3. Lançamento da partilha nos autos e compro- vação do pagamento do tributo	603
18.7.1.2.4. Sentença	603
18.7.1.2.5. Formal de partilha e certidão de partilha.....	604
18.7.1.3. Partilha.....	604
18.7.1.4. Arrolamento	606
18.7.1.5. Disposições finais	607
18.8. Procedimento especial dos embargos de terceiro	608
18.8.1. Conceito e função	608
18.8.2. Legitimidade ativa e passiva	611
18.8.3. Competência.....	612
18.8.4. Procedimento	613
18.9. Procedimento especial de oposição	615
18.9.1. Conceito e natureza jurídica.....	615
18.9.2. Procedimento	616

18.10. Procedimento especial de habilitação	618
18.11. Procedimento especial das causas de família (“ações de família”)	620
18.12. Procedimento monitorio (“ação monitoria”)	624
18.12.1. Conceito, estrutura e cabimento	624
18.12.2. Procedimento monitorio	633
18.12.3. Má-fé das partes no procedimento monitorio	638
18.13. Procedimento especial de homologação do penhor legal	639
18.14. Procedimento especial de regulação de avaria grossa.....	647
18.15. Procedimento especial de restauração de autos.....	650
18.16. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.....	654
18.16.1. Noções gerais e procedimento comum da jurisdição voluntária....	654
18.16.2. Notificação e interpelação	656
18.16.3. Alienação judicial.....	659
18.16.4. Divórcio e separação consensuais, extinção consensual de união estável, alteração de regime de bens do matrimônio.....	660
18.16.5. Cumprimento de testamentos e codicilos.....	662
18.16.6. Arrecadação de herança jacente	665
18.16.7. Arrecadação de bens dos ausentes	669
18.16.8. Arrecadação de coisas vagas	672
18.16.9. Interdição	674
18.16.10. Tutela e curatela.....	681
18.16.11. Organização e fiscalização das fundações.....	681
18.16.12. Ratificação dos protestos marítimos e processos testemunháveis formados a bordo	683

PARTE 3

EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

CAPÍTULO 19

TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO	687
19.1. Execução em geral.....	687
19.2. Partes no procedimento executivo.....	695
19.3. Competência	699
19.4. Requisitos da execução	701
19.4.1. Título executivo.....	702
19.4.2. Títulos executivos extrajudiciais.....	715
19.5. Responsabilidade patrimonial.....	726

22.2.1. Cumprimento provisório.....	809
22.2.2. Cumprimento definitivo.....	812
22.2.3. Cumprimento de sentença no caso de prestação alimentícia.....	814
22.2.4. Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública.....	818
22.3. Cumprimento de sentença nos casos de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa.....	820
 CAPÍTULO 23	
DEFESAS DO EXECUTADO.....	829
23.1. Embargos do executado.....	829
23.2. Impugnação ao cumprimento de sentença.....	840
23.3. Objeção de não executividade (“exceção de pré-executividade”).....	848
 CAPÍTULO 24	
SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO.....	851
24.1. Suspensão.....	851
24.2. Extinção.....	855
 PARTE 4	
PROCESSO NOS TRIBUNAIS	
 CAPÍTULO 25	
CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O PAPEL DOS TRIBUNAIS.....	861
 CAPÍTULO 26	
ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....	867
26.1. Poderes do relator.....	882
 CAPÍTULO 27	
INCIDENTES DE FORMAÇÃO CONCENTRADA DE PADRÕES DECISÓRIOS VINCULANTES.....	887
27.1. Considerações gerais.....	887
27.2. O incidente de resolução de demandas repetitivas.....	888
27.3. O incidente de assunção de competência.....	900

27.4. Outros mecanismos de formação concentrada de precedentes e de enunciados de súmula	903
CAPÍTULO 28	
INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	909
CAPÍTULO 29	
INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE COMPETÊNCIA	913
CAPÍTULO 30	
HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E CONCESSÃO DE EXEQUA- TUR À CARTA ROGATÓRIA	917
CAPÍTULO 31	
AÇÃO RESCISÓRIA.....	923
31.1. Conceito e cabimento	923
31.2. Competência.....	932
31.3. Legitimidade	937
31.4. Procedimento.....	941
31.5. Decadência do direito à rescisão	946
31.6. A demanda anulatória (“ação anulatória”).....	950
CAPÍTULO 32	
RECLAMAÇÃO.....	953
CAPÍTULO 33	
RECURSOS.....	963
33.1. Teoria geral dos recursos.....	963
33.1.1. Conceito	963
33.1.2. Classificação	969
33.1.3. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	973
33.1.3.1. Requisitos de admissibilidade dos recursos	976
33.1.3.1.1. Condições do recurso.....	977
33.1.3.1.2. Pressupostos recursais.....	981
33.1.3.1.3. Impedimentos recursais.....	985

	SUMÁRIO	XXV
33.1.4. Efeitos dos recursos		987
33.1.4.1. Efeitos da interposição		987
33.1.4.2. Efeitos do julgamento.....		991
33.2. Recursos em espécie		992
33.2.1. Agravo de instrumento		992
33.2.2. Apelação.....		1007
33.2.3. Agravo interno		1021
33.2.4. Embargos de declaração.....		1022
33.2.5. Recurso ordinário constitucional		1029
33.2.6. Recurso extraordinário e recurso especial		1032
33.2.6.1. Julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos		1047
33.2.7. Agravo em recurso extraordinário ou em recurso especial		1055
33.2.8. Embargos de divergência		1057